

"ESCRITA QUE LIBERTA": UMA ABORDAGEM PARA A RESSOCIALIZAÇÃO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE DESDE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Jorge Alberto Mendes Serejo, Centro de Ensino Superior Dom Bosco; Universidade Federal do Maranhão: Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justica e Pesquisador da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); jorge.serejo@undb.edu.br.

Coordenador

Hiara Laura Costa de Carvalho, Centro de Ensino Superior Dom Bosco; Acadêmica de Direito; hiaralaura10@gmail.com.

Laís da Silva Souza, Centro de Ensino Superior Dom Bosco; Acadêmica de Direito; laissouzaop30@gmail.com.

Maria de Fátima Silva Salazar, Centro de Ensino Superior Dom Bosco; Acadêmica de Direito; fatimasalazar112@gmail.com.

RESUMO

A mesa redonda discute os desafios e possibilidades da extensão universitária em sua colaboração com o processo de ressocialização de mulheres que cumprem pena na Unidade Prisional de Ressocialização Feminina (UPFEM), do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Reconhecendo a importância da escrita como uma forma de empoderamento, autonomia e transformação, o projeto "Escrita que liberta", desenvolvido por estudantes de graduação em Direito do Centro Universitário UNDB, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão e a Secretária de Assistência Penitenciária, oferece às mulheres em situação de cárcere a oportunidade de expressar suas vivências, pensamentos e emoções por meio da escrita. O projeto visa não apenas desenvolver habilidades literárias, intelectuais instrumentais e remição da pena, mas também proporcionar às educandas uma forma de autoconhecimento, reflexão e superação de estigmas. Este trabalho empreende observação participante e levantamento bibliográfico pertinente à matéria e se vale de categorias analíticas de Erving Goffman, Walter Benjamin, Conceição Evaristo e Joaquín Herrera Flores, que embasam teoricamente a experiência da extensão e os mútuos aprendizados que ela vem possibilitando. Visa compartilhar possibilidades e desafios da extensão universitárias no contexto da educação para o séc. XXI. O projeto "Escrita que Liberta" exemplifica contranarrativas sobre pessoas privadas de liberdade e demonstra como a educação pode servir de instrumento para a promoção de direitos humanos no ambiente carcerário.

Palavras-chave: Escrita que Liberta. Ressocialização. Direitos Humanos.











ABSTRACT

The round table discusses the challenges and possibilities of university extension in its collaboration with the process of resocialization of women who are arrested in the Prison Unit for Feminine Resocialization (UPFEM), at the Pedrinhas Penitentiary Complex. Recognizing the importance of writing as a form of empowerment, autonomy and transformation, the project "Escrita que Liberta", developed by undergraduate students in Law at the Centro Universitário UNDB, in partnership with the blic Defender of the State of Maranhão, offers women in prison situation the opportunity to express their experiences, thoughts and emotions through writing. The project aims not only to develop literary skills, instrumental intellectuals and redemption of the penalty, but also to provide students with a form of self-knowledge, reflection and overcoming stigmas. This work undertakes participant observation and a bibliographical survey relevant to the matter and makes use of analytical categories by Erving Goffman, Walter Benjamin, Conceição Evaristo and Joaquín Herrera Flores, which theoretically support the experience of extension and the mutual learning that it has enabled. It aims to share possibilities and challenges of university extension in the context of education for the 21st century. The "Escrita que Liberta" project exemplifies counter-narratives about people deprived of liberty and demonstrates how education can serve as an instrument for the promotion of human rights in the prison environment.

Keywords: Escrita que Liberta. Ressocialization. Human Rights.











UMA NOVA PERSPECTIVA PARA OS DIREITOS

HUMANOS: a importância da abertura de processos de luta pelo acesso aos bens necessários para uma vida digna

Hiara Laura Costa de Carvalho Jorge Alberto Mendes Serejo

RESUMO

Este artigo explora uma nova perspectiva dos direitos humanos proposta por Joaquín Herrera Flores, que em sua obra "A (re)invenção dos direitos humanos" questiona a concepção tradicional dos direitos humanos como uma ideia universal e imutável, argumentando que eles são constantemente reinventados e reinterpretados de acordo com as necessidades e lutas sociais. Herrera Flores examina a história dos direitos humanos, destacando as contradições presentes na sua implementação e os desafios enfrentados na prática. O autor argumenta que os direitos humanos não são apenas instrumentos jurídicos, mas sim produtos de um contexto social, político e econômico. Desse modo, o presente artigo discute a necessidade de analisar e valorar os contextos sociais em que cada grupo em consideração as perspectivas culturais, sociais e econômicas. Assim, se propõe uma nova abordagem para os direitos humanos, baseada na ideia de "direitos contra-hegemônicos", e afirma a necessidade de uma transformação estrutural das sociedades, a fim de garantir a efetivação dos direitos humanos para todos os indivíduos, especialmente aqueles que são historicamente marginalizados e oprimidos. Além disso, se explora a efetivação dessa nova perspectiva através do projeto "Escrita que Liberta".

Palavras-chave: Direitos humanos. Contexto social. Contrahegemônicos

ABSTRACT

This article explores a new perspective on human rights proposed by Joaquín Herrera Flores, who in his work "The (re)invention of human rights" questions the traditional conception of human rights as a universal and immutable idea, arguing that they are constantly reinvented and reinterpreted according to social needs and struggles. Herrera Flores examines the history of human rights, highlighting the contradictions present in their implementation and the challenges faced in practice. The author argues that human rights are not just legal instruments, but products of a social, political and economic context. Thus, the article discusses the need to analyze and value the social contexts in which each group takes cultural, social and economic perspectives into account. Thus, the article proposes a new approach to human rights, based on the idea of "counter-hegemonic rights", and affirms the need for a structural transformation of societies, in order to



PROMOÇÃO











guarantee the realization of human rights for all individuals, especially those who are historically marginalized and oppressed. In addition, the article explores the realization of this new perspective through the project "Escrita que Liberta".

Keywords: Human rights. Social context. Counter-hegemonics

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 trazem em seus enunciados direitos como liberdade, igualdade e dignidade, sendo estes um ideal alcançado e efetivado no dia-a-dia de cada cidadão. Não obstante, no presente artigo analisar-se-á a construção de uma nova perspectiva para os direitos humanos, e como esta pode ser concretizada na ressocialização de mulheres privadas de liberdade no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís do Maranhão.

A fim de entender a nova perspectiva dos direitos humanos, será necessário percorrer dois importantes referenciais teóricos: Joaquín Herrera Flores e Walter Benjamim. Flores (2009) discorre sobre a desconstrução de uma perspectiva tradicional dos direitos humanos, que os resume em uma visão simplista como se fossem "a priori" para cada cidadão e dispensassem todo e qualquer contexto social em que este estivesse inserido, traçando, dessa forma, uma nova perspectiva em que os direitos humanos são vistos como processos de abertura e consolidação de espaços de luta pela dignidade humana (2009, p. 19). Walter Benjamin (1987), por sua vez, discorre sobre o cortejo triunfal e nos instiga a desfazer esse cortejo resgatando os corpos dos que foram oprimidos e pisoteados pelos dominadores da história que venceram hoje e sempre, e dar a oportunidade aos vencidos de contá-la a partir de seu contexto.

Sob esse prisma teórico, entende-se que é necessário descontruir a ideia de universalização dos direitos tão difundida pela perspectiva tradicional, narrada por aqueles que possuem e sempre possuíram ferramentas para efetivá-los e usufrui-los,













e dar a chance para que novos espaços de luta pela concretização dos direitos humanos sejam implementados; possibilitando, dessa forma, o eco da voz de todos aqueles que são marginalizados, que não possuem recursos para colocar esses direitos em prática e que não possuem acesso a bens que fazem com que a vida seja digna de ser vivida.

Isto pode ser observado no projeto "Escrita que Liberta", em que mulheres privadas de liberdade têm a oportunidade de desenvolver a escrita e a leitura, por meio de rodas literárias que possibilitam que as vozes dessas mulheres oprimidas pelo cárcere ecoem e sejam contadas desde suas perspectivas, de seus contextos.

No decorrer deste artigo, será demonstrada a desconstrução da perspectiva tradicional dos direitos humanos e a construção de um novo horizonte interpretativo sobre a luta pelos direitos humanos e sua importância para a concretização dos direitos consagrados na Declaração de 1948, de modo que estas garantias venham a ser efetivadas e não fiquem apenas no papel. Nesse sentido, será demonstrado como a escrita e a leitura são instrumentos fundamentais para a abertura de espaços de luta pelo acesso aos bens que fazem com que a vida seja digna de ser vivida. Desse modo, entende-se que a compreensão dos desafios e paradigmas que assolam a realidade do cárcere é crucial para almejar novos horizontes mais reais e menos ilusórios, no que tange as garantias fundamentais e sua efetivação.

2 SERVE MUITO TER CADA VEZ MAIS E MAIS DIREITOS SE NÃO SABEMOS POR QUE SURGEM E PARA QUE SÃO FORMULADOS?

A princípio, para Joaquín Herrera Flores, antes de falar em direitos humanos é necessário formular a seguinte pergunta: "estamos diante de direitos conquistados de uma vez por todas ou diante de prática para acesso aos bens?" (2009, p. 26). Nesse contexto:

Nos famosíssimos artigos 1.º e 2.º da Declaração, aqui já não se fala de um "ideal a conquistar", mas de uma realidade já alcançada: artigo 1.º - todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. E, no artigo 2, se diz: todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação (FLORES, 2009, p. 27).

Os direitos humanos, na perspectiva tradicional criticada por Joaquín Flores estão positivados e são estabelecidos desde o momento do nascimento de uma pessoa, como podemos observar. Desse modo, os direitos são algo que os seres humanos possuem pelo fato de sermos seres humanos, absolutamente à margem de qualquer condição ou característica social, numa perspectiva tradicional. Esse é um ponto importante para compreender a crítica do autor e analisar a construção de uma nova perspectiva, uma vez que, para Joaquín, a perspectiva tradicional e dominante funciona como direitos humanos que se satisfazem tendo direitos, sendo apenas um meio para se pleitear por mais direitos (2009, p. 27). No entanto, como exigi-los na prática? E as lutas que devem ser encaradas para que se consiga efetivá-los? Dessa forma, o autor critica essa visão simplória dos direitos humanos por levar a uma concepção de direitos "a priori", que são inerentes aos seres humanos e estabelecidos de forma igualitária para todos.

Entretanto, engana-se quem pensa dessa forma, uma vez que quem vai à luta em busca desses direitos depara-se com uma grande desilusão aos perceber que metade da população mundial não possui acesso a ferramentas para exercer os direitos que lhe são previstos (2009, p. 27). Uma questão fundamental é levantada: serve muito ter cada vez mais direitos se não se sabe como usá-los?

A crítica do autor se faz muito relevante ao se analisar o cenário das mulheres privadas de liberdade na Unidade Prisional Feminina do Maranhão (UPFEM), uma vez que estas possuem seus direitos positivados, mas em nada o usufruem, pois assim que entram no sistema carcerário passam a fazer parte de uma população marginalizada e oprimida que não possui acesso a bens materiais necessários para uma vida digna. Logo se vê que essa perspectiva tradicional é falha, porque apesar de essas mulheres terem nascido e estarem vivas, seus direitos não são estabelecidos. Por isso, o autor propõe uma mudança de perspectiva, de modo que











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

falar de direitos humanos é falar da abertura de espaços de luta pela dignidade humana (FLORES, 2009, p. 19). Não há o que se falar de direitos meramente positivados, pois mais do que discurso precisamos de luta que se estabelecem de forma diferenciada em cada contexto social.

Sob essa ótica, ao lutar por ter acesso os bens que fazem a vida ser digna de ser vivida, cada cidadão se compromete com os direitos humanos e devem colocar em funcionamento práticas que ofereçam a todos, os meios e instrumentos que possibilite alcançar condições necessárias para que viva com dignidade (FLORES, 200, p. 29). Além disso, vale ressaltar que a necessidade dessa luta pelos direitos reside na necessidade comum de ter acesso aos bens que são indispensáveis para uma vida com dignidade e no fato de que nada é adquirido gratuitamente. Por isso, é preciso lutar pelo acesso mais igualitário a esses bens, uma vez que na obtenção e efetivação desses direitos algumas pessoas possuem mais facilidade e prioridade e outros fiquem no final da fila e por vezes nem consequem chegar ao início (FLORES, 200, p. 230).

Desse modo, ao falar de dignidade, fala-se em um fim material, ou seja, em acesso a bens materiais. É dentro dessa perspectiva que o Projeto "Escrita que Liberta" possibilita o acesso à leitura e a escrita no sistema carcerário, proporcionando no ambiente carcerário a efetivação de direitos para mulheres que estão no final da fila no processo de efetivação de direitos, no sentido de que elas mesmas possam abrir espaços de luta (a literatura como resistência), em um ambiente que detém o controle total sobre seus corpos.

Sob esse viés, ao falar de luta pelos direitos humanos é possível observar um entrave, uma vez que o fundamento que justifica a universalidade dos direitos humanos é a premissa de que todos possuem direitos reconhecidos pelo mero fato de haver nascido independentemente de qualquer condição social (FLORES, 200, p.37). Assim, todos teríamos os mesmos meios para viver dignamente. No entanto, por que nem todos vivem com dignidade? Como dizer que mulheres privadas de liberdade possuem seus direitos efetivados pelo mero fato de haverem nascido se muitas estão em situação de abandono? Dessa forma, ao analisar a realidade,











observa-se que o acesso a esses bens dependerá da posição que cada cidadão ocupa na estrutura da sociedade e o contexto em que se está inserido. Isso porque alinguagem normativa do direito nunca é uma realidade concreta, mas sim um "dever ser" (FLORES, 2000; p. 38).

Logo, a igualdade formal de direitos nem sempre se traduz em igualdade substancial de oportunidades e condições de vida. Portanto, é importante considerar as particularidades e desigualdades existentes para garantir a efetivação plena dos direitos humanos, reconhecendo que cada indivíduo enfrenta diferentes desafios em sua busca pela dignidade. Dessa forma, não é possível falar se de universalidade sem estar atento aos contextos sociais em que cada grupo está inserido e a posição que cada um ocupa na luta pelo acesso aos bens que fazem com que a vida seja digna de ser vivida.

Em se tratando da universalidade dos direitos humanos, o autor assevera:

A universalidade dos direitos somente pode ser definida em função da seguinte variável: o fortalecimento de indivíduos, grupos e organizações na hora de construir um marco de ação que permita a todos e a todas criar as condições que garantam de um modo igualitário o acesso aos bens materiais e imateriais que fazem com que a vida seja digna de ser vivida (FLORES, 2009, p.19).

Desse modo, a universalidade dos direitos humanos está intrinsecamente ligada ao fortalecimento dos indivíduos, grupos e organizações na construção de um marco de ação que assegure a igualdade de acesso aos bens materiais e imateriais necessários para uma vida digna. Aqui o autor destaca a importância de criar condições que permitam a todos ter acesso igualitário a recursos essenciais, como alimentação, moradia, educação, saúde, cultura e participação política. Essa visão amplia o entendimento dos direitos humanos para além de uma abordagem meramente jurídica, reconhecendo que a garantia da dignidade humana exige a criação de condições sociais e econômicas justas. Mais do que o discurso é necessário luta, é necessário ação.

Considerando esse pressuposto, o projeto "Escrita que Liberta" procura proporcionar as mulheres privadas de liberdade o acesso a bens que fazem a vida digna de ser vivida, como a leitura e a escrita. Possibilitando a abertura de novos











espaços em que as vozes dessas mulheres oprimidas possam ecoar livremente e fazendo com que suas necessidades sejam reconhecidas pela sociedade. Além disso, ao ressaltar a necessidade de um acesso igualitário aos bens materiais e imateriais, Flores destaca a importância de combater as desigualdades estruturais e assegurar que todas as pessoas tenham a oportunidade de viver uma vida plena e digna. Por isso, essa abordagem enfatiza a interdependência entre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, reforçando a ideia de que a realização plena dos direitos humanos requer a superação das desigualdades e a promoção de uma distribuição justa de recursos e oportunidades, mesmo, e especialmente, dentro da realidade do cárcere, onde há uma sistemática violação dos mais elementares direitoshumanos fundamentais.

3 OS QUE DOMINAM SÃO HERDEIROS DE TODOS OS QUE VENCERAM ANTES

Ao se falar de luta pelo acesso aos bens que fazem com que a vida seja digna de ser vivida, é necessário entender que atualmente o sistema de valores dominantes é majoritariamente neoliberal e, por esse motivo, coloca em primeiro lugar as liberdades que fazem funcionar o grande mercado e em segundo plano coloca as políticas sociais e culturais que promovam a igualdade entre os cidadãos.

Desse modo, a aplicação e a efetivação das normas fundamentais positivadas na Constituição não são aplicadas em benefício de um acesso igualitário aos meios para obter uma vida digna para todos os cidadãos, mas sim em detrimento dos valores que sustentam esse sistema econômico, valores esse que são ditados por aqueles que dominam e sempre dominaram. Logo, observa-se se que esses valores não alcançam os grupos que vivem marginalizados na sociedade, daí decorrem as sérias dificuldades e obstáculos que dificultam determinadas pessoas na busca pela efetivação das garantias jurídicas necessárias para seu acesso aos bens (FLORES, 2009, p. 41).

Nesse sentido, não há disponibilização igualitária dos instrumentos e meios para promover as lutas pelos bens necessários para afirmar a dignidade de cada cidadão. Por essa razão, não há como compreender direitos humanos fora dos











contextos sociais em que se são, sejam eles políticos, econômicos e territoriais. Disso decorre a necessidade de desconstruir a ideia de que se nascemos já o possuímos (FLORES, 2009, p. 41). Ao se analisar a condição das mulheres encarceradas é necessário entender o contexto social em que estas estão inseridas. Dessa forma, há necessidade de olhar a história para além daquilo que é iluminado pela luz dos valores dominantes, não desprezando aquilo que está nas sombras. Há necessidade de sair da zona de conforto e ver que há mais a ser contado além daquilo que conhecemos, uma vez que os investigadores sociais que buscam a efetivação dos direitos humanos se comprometem em ir para além daquilo que é conhecido pelas cartas constitucionais(FLORES, 2009, p. 49).

Somente dessa forma é possível compreender as diferentes realidades que nos ceram e como o acesso aos bens que fazem como que a vida seja digna de ser vivida é desigual; para que a partir desse entendimento possamos utilizar de todos os meios para concretizar essas garantias formais e abandonar essa visão irreal de universalidade (FLORES, 2009, p. 51). Assim, pode-se compreender que os direitos humanos estão para além de palavras positivadas, mas que residem nas lutas que possibilitam o acesso aos bens de forma mais justa, fazendo com que os que estão longe da luz oferecida pelos dominantes possam ser vistos como pessoas detentoras de direitos, e não só detentoras, mas que devem ter meios para efetivá-los.

Sob essa ótica, Walter Benjamin em suas clássicas *Teses* sobre o conceito da história, de 1940, discorre sobre a necessidade de desfazer as versões das histórias impostas por aqueles que sempre venceram e continuam vencendo. Para isso é necessária uma postura ativa e participativa na luta pelo acesso igualitário aos bens, ou seja, é preciso antes de tudo "escovar a história contrapelo", como propõe o autor em sua tese de número oito, uma vez que nessa luta existem grupos que foram marginalizados e oprimidos ao longo da história (BENJAMIN, 1987). Sobre essa questão, destaca o autor:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais.















Desse modo, é possível observar como o sistema de valores dominantes sempre deixou em segundo plano as pessoas que foram oprimidas ao longo da história, essa é uma realidade notória ao analisar o contexto social, em muitas vezes idênticos, em que encaixam as mulheres que estão privadas de liberdade. Por isso, devemos levantar do chão aqueles que foram pisoteados pelo cortejo triunfal e trazer à luz aqueles que estão desassistidos pelos valores dominantes.

Dessa maneira, reconhecendo a capacidade de desfazer os mundos que nos são dados, e cientes das fissuras que existem na sociedade, há necessidade de dar a chance para os que estavam nas sombras, de contar a sua própria história, e a partir disso possibilitar um acesso mais igualitário aos bens materiais e imateriais que fazem com que a vida seja digna de ser vivida.

Desse modo, incentivar a escrita literária a pessoas em situação de cárcere é acreditar na construção de condições materiais que fazem com que as garantias positivadas sejam também efetivadas. Logo, há de se entender que o direito se dá por meios das garantias formalmente reconhecidas, mas também por meio da abertura de espaços de luta para os grupos desfavorecidos para que o acesso a essas garantias seja efetivado (FLORES, 2009, p. 59).

Portanto, como propõe Benjamin não há como enxergar nada como eterno e imutável. A partir dessa compreensão, podemos construir novos caminhos e enxergar novos horizontes, diferentes daqueles que nos são dados e possibilitar que a história também seja contada por aqueles que foram pisoteados pelo cortejo triunfal. Por essa razão, o projeto "Escrita que Liberta" propõe uma nova abordagem para a visão que se tem sobre mulheres encarceradas, possibilitando a essas a oportunidade de escrever e contar suas próprias histórias e, assim, promover espaços de luta para o acesso aos bens que fazem a vida digna de ser vivida.

4 ESCRITA QUE LIBERTA: EFETIVANDO GARANTIAS

O projeto "Escrita que Liberta", realizado na Unidade Prisional Feminina (UPFEM) de São Luís, é uma iniciativa da Defensoria Pública de São Luís do











Maranhão em parceria com o Centro Universitário Dom Bosco (UNDB) e a Secretária de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão (SEAP) que visa proporcionar leitura e incentivar a escrita entre as mulheres privadas de liberdade. O objetivo principal é criar oportunidades para que essas mulheres possam expressar suas vozes, compartilhar suas histórias por meio da escrita e como produto final a obtenção de um livro com todos os escritos desenvolvidos por elas. Além disso, o projeto busca promover a remição da pena das participantes, reconhecendo o potencial transformador da educação e da cultura no processo de ressocialização.

Através das atividades desenvolvidas no projeto, as mulheres têm acesso a diversos materiais literários, como uma metodologia desenvolvida pelos extensionistas, livros, rodas literárias, estimulando o hábito da leitura e escrita, ampliando seus horizontes intelectuais. Além disso, as detentas são incentivadas a produzir seus próprios textos, compartilhando suas experiências, reflexões e emoções a partir do método da escrevivência. Essa prática da escrita contribui para a construção de identidades individuais mais fortes e para o desenvolvimento de habilidades comunicativas e cognitivas. A partir disso, elas passam a se ver como escritoras e detentoras de suas próprias histórias, que serão contadas a partir de suas próprias versões. Por conseguinte, além de promover a abertura de um espaço favorável para a luta pelos direitos humanos, também efetiva garantias estabelecidas para essas mulheres, como um tratamento digno e igualitário.

O projeto "Escrita que Liberta" vem apresentando impactos significativos no processo de ressocialização das participantes. Ao se envolverem com a escrita e a leitura, as mulheres privadas de liberdade têm a oportunidade de contarem suas histórias, desenvolver suas habilidades como escrever, desenhar, palestrar, adquirir novos conhecimentos e se reconectar com a sociedade. Dessa forma, o projeto contribui para que o direito ao acesso a bens materiais e imateriais essenciais para uma vida digna seja concretizado, ao proporcionar um ambiente de aprendizado e crescimento coletivo, uma vez que tantos os extensionistas como as detentas participam desse processo.

O projeto "Escrita que Liberta" é um exemplo de como a educação e a cultura,













bens que possibilitam viver com dignidade, podem desempenhar um papel fundamental na ressignificação da vida das mulheres encarceradas. Ao promover a leitura e a escrita, oferecendo espaço para expressão e aprendizado, ele abre caminhos para a reintegração social e a reinserção das participantes na sociedade.

É uma iniciativa que traz esperança, empoderamento e oportunidades de transformação, buscando não apenas a remissão da pena, mas também a construção de um futuro mais digno e promissor para essas mulheres. Efetivando, dessa forma, uma nova perspectiva dos direitos humanos como foi proposto por Joaquín Herrera Flores (2009, p. 19). e desfazendo mundos que nos são dados, escovando a história contrapelo, levantando os corpos dos que foram pisoteados e dando a esses a oportunidade para contarem suas próprias histórias, em contrapelo.

5 CONCLUSÃO

Com o objetivo de efetivar uma nova perspectiva do que são os direitos humanos como proposto por Joaquin Herrera Flores, é necessário observá-los para além de garantias formais positivadas e entendê-los como abertura de processos de luta pelo acesso aos bens que fazem a com que a vida seja vivida de forma digna.

Portanto, é necessário um olhar especial para a efetivação dessas garantias constitucionais, para que estas possam ser usufruídas e não apenas ficarem expressas no papel. Nesse sentido, o projeto "Escrita que Liberta" proporciona a criação de um espaço favorável para a discussão e efetivação desses direitos, pormeio de rodas literárias e uma metodologia que instigue debates sobre esses direitos. Além disso, para que a história também seja contada por aqueles que ocupam espaços desfavoráveis na sociedade e estão desassistidos pelos ideais dominantes, é necessário assumir uma postura ativa na luta pelo acesso aos bens materiais, paraque não ocupemos um lugar de omissão e dar a chance aqueles que tivera, suas

vozes oprimidas de fazer ecoar o seu próprio som, suas próprias histórias.

Nesse contexto, o projeto "Escrita que Liberta" instiga as mulheres privadas liberdade a escreverem suas próprias vivências para que ao final do projeto seja







APOIO







REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

lançado um livro com todos esses escritos, de modo a dar a elas a chance de serem donas das próprias histórias e realizando assim um grande passo na ressocialização de cada uma. Somente desse modo será possível resgatar os corpos dos que foram pisoteados pelo cortejo triunfal e desfazer os mundos que nos são dados pelos dominantes.











REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia** e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1. 3 ed. p. 222-232.

HERRERA, Flores, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

LÖWY, Michael, **Walter Benjamin:** aviso de incêndio. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de História', São Paulo, Boitempo, 2005.

INSTITUIÇÕES TOTAIS: os impactos na ressocialização e a busca por novas abordagens

Laís da Silva Souza

RESUMO

Este artigo explora o conceito de instituições totais e sua relação com a mortificação do eu, conforme descrito por Erving Goffman. As instituições totais são espaços sociais caracterizados por um controle rígido e uma regulação intensa sobre a vida dos indivíduos. A mortificação do eu é um processo pelo qual a identidade e a autonomia dos indivíduos são gradualmente perdidas em instituições totais. O artigo discute os principais mecanismos que contribuem para essa mortificação. Essa análise contribui para um debate mais amplo sobre as relações de poder e os efeitos das instituições sobre a subjetividade humana. Além disso, o presente trabalho também busca analisar a relação entre as práticas presentes nas instituições totais e a necessidade do aumento de projetos de ressocialização, como o Projeto "Escrita que Liberta" que tem o objetivo ressocializar mulheres encarceradas através da leitura e da escrita.

Palavras-chave: Instituições Totais. Mortificação. Ressocialização. Escrita que Liberta.

ABSTRACT

This article explores the concept of total institutions and their relationship with the mortification of self, as described by Erving Goffman. Total institutions are social spaces characterized by strict control and intense regulation over individuals' lives. The mortification of self is a process through which individuals' identity and autonomy are gradually lost within total institutions. The article discusses the key mechanisms that contribute to this mortification. This analysis contributes to a broader debate on power relations and the effects of institutions on human subjectivity. Furthermore, this study also seeks to analyze the relationship between the practices present in total institutions and the need for increased reintegration projects, such as the "Writing that Liberates" Project, which aims to reintegrate incarcerated women through reading and writing.

Keywords: Total Institutions. Mortification. Reintegration. Writing That Liberates







APOIO





1 INTRODUÇÃO

As instituições totais são espaços sociais que exercem um controle rígido e uma regulação intensa sobre a vida dos indivíduos. Esses ambientes, como prisões, hospitais psiquiátricos e quartéis militares, têm sido objeto de estudo e reflexão por parte de diversos teóricos e filósofos ao longo do tempo. Neste artigo, iremos explorar os impactos dessas instituições na ressocialização dos indivíduos e discutir a busca por novas abordagens nesse contexto.

Para compreender os efeitos das instituições totais na ressocialização, faremos uso das contribuições teóricas de dois importantes pensadores: Erving Goffman (2001) e Walter Benjamin (1985). Goffman, em sua obra seminal *Manicômios, Prisões e Conventos*, analisa o funcionamento das instituições totais escreve os processos de mortificação do eu que ocorrem nesses espaços. Ele nos alerta para a perda gradual da identidade e autonomia dos indivíduos, resultando emuma série de consequências negativas para sua reintegração na sociedade.

Por sua vez, Walter Benjamin, em seus escritos sobre a modernidade e a história traz reflexões relevantes para entendermos os impactos das instituições totais na subjetividade dos indivíduos. Benjamin convida a refletir sobre as relações de poder e dominação presentes nesses espaços e como elas afetam a possibilidade de ressocialização dos indivíduos que por eles passam.

Diante dessas perspectivas teóricas, torna-se evidente a necessidade de buscar novas abordagens para a ressocialização dentro das instituições totais. É fundamental repensar os métodos utilizados, a fim de promover uma verdadeira reintegração dos indivíduos à sociedade, possibilitando a reconstrução de suas identidades e autonomia. Para isso, é preciso considerar aspectos como a humanização do ambiente, o desenvolvimento de programas de capacitação e educação, além do estímulo à expressão e criatividade dos indivíduos, como o que é feito pelo Projeto "Escrita que Liberta", que aborda a ressocialização através do incentivo à leitura e a escrita.

Ao longo deste artigo, serão analisados os impactos das instituições totais na ressocialização, levando em consideração as referências de Goffman e Walter Benjamin. Além disso, explorar-se-ão alternativas e novas abordagens que possam contribuir para uma ressocialização mais efetiva e humanizada dos indivíduos



submetidos a esses ambientes restritivos. A compreensão desses desafios e a busca por soluções inovadoras são essenciais para promover a reintegração social e a construção de um sistema mais justo e humano.

2 MATANDO SEM TIRAR A VIDA

Segundo Erving Goffman (2001), as instituições totais são espaços caracterizados por um controle total sobre os indivíduos, onde suas identidades e liberdades são profundamente afetadas. Goffman descreve esse ambiente como "um mundo fechado, isolado do resto da sociedade, no qual um grande número de pessoas, por um período significativo de tempo, levam uma vida segregada e formalmente administrada" (GOFFMAN, 2001, p.11). Baseado nisso, é possível perceber que dentro da sociedade existem locais onde esse conceito se encaixa perfeitamente, o próprio Goffman ao criar o conceito de instituição total lista alguns lugares nos quais essa definição se aplica, tanto que traz "Manicômios, prisões e conventos" como título de seu livro.

Nesse sentido, é importante ressaltar que dentro dessas instituições existe uma divisão baseada no controle e no poder. Goffman vem dizer que "nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar grupo de internados, e uma pequena equipe de supervisão" (GOFFMAN, 2001, p.18), logo, é possível perceber uma concentração de poder na mão de poucos em relação à grande quantidade de pessoas que o sociólogo chama de internados. Tal divisão só evidencia como tudo que é praticado nas instituições totais é baseado no que uma minoria considera correto, reforçando a marginalização daqueles que são considerados inimigos sociais.

Essa ideia de inimigos sociais se faz mais presente no que Goffman caracteriza como o terceiro tipo de instituição total, que seriam as prisões. De acordo com o mesmo, essa categoria de instituição serve para proteger a sociedade daqueles que causam perigos intencionais para os indivíduos (GOFFMAN, 2001), logo, o afastamento dessas pessoas do convívio social seria a forma mais certa de proteger













o restante da população. Mas o questionamento que fica é: se prender essas pessoas e isolá-las da sociedade é uma forma de proteger os cidadãos, qual é a forma de proteção para os que são presos, visto que eles também são parte da mesma sociedade?

A verdade é que não existe proteção para aqueles que estão dentro das instituições totais, o que existe é uma tentativa ferrenha de apagar a existência dos "internados", transformando-os em invisíveis sociais. Goffman afirma que o processo o qual os internos são submetidos pode ser chamado de mutilação do eu, e sobre isso escreve que "a barreira que as Instituições Totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu" (GOFFMAN, 2001, p.57). Essa barreira se caracteriza principalmente pelo afastamento do indivíduo de qualquer objeto pessoal que o remeta à sua vida fora da instituição total, além de perder o direito de ser chamado pelo nome e se tornar apenas mais um dentre tantos, perdendo a sua individualidade e tendo seu eu profundamente mutilado.

Consoante a isso, Goffman discorre acerca de um processo ainda mais doloroso, o qual ele vai denominar como "mortificação do eu". A mortificação do eu em uma instituição total é um fenômeno complexo e perturbador que ocorre quando um indivíduo é submetido a condições de total submissão e controle em um ambiente institucional, como uma prisão, um hospital psiquiátrico ou uma seita religiosa radical. Nesses contextos, a identidade e a autonomia do sujeito são suprimidas em prol dos interesses e da ordem estabelecida pela instituição, resultando em uma profunda transformação psicológica e emocional.

A noção de "morte do eu" refere-se ao processo de despersonalização e desumanização que ocorre quando a individualidade do sujeito é suprimida e substituída por uma identidade coletiva ou institucional. Nesse contexto, o indivíduo perde sua liberdade de pensamento, expressão e escolha, tornando-se um mero objeto passivo nas mãos da instituição.

Uma das formas mais comuns de mortificação do eu é a imposição de regras rígidas e rotinas estritas. O sujeito é submetido a horários fixos, atividades padronizadas e restrições severas, perdendo sua capacidade de tomar decisões e













moldar sua própria vida. Essa perda de autonomia é profundamente perturbadora e pode levar à sensação de desespero, impotência e despersonalização.

Além disso, a instituição total exerce um controle total sobre a vida do sujeito, invadindo sua privacidade, monitorando constantemente suas ações e até mesmo manipulando suas emoções e crenças. A intimidade é violada, as relações sociais são limitadas e a individualidade é constantemente reprimida em prol da conformidade com as normas institucionais. A mortificação do eu também pode ser acompanhada de práticas de humilhação e degradação, visando quebrar a resistência e a autoestima do indivíduo. O sujeito pode ser submetido a punições físicas ou psicológicas, tratado de forma degradante e privado de suas necessidades básicas, como comida, sono ou higiene. Isso resulta em uma profunda sensação de inferioridade e subserviência, alimentando um ciclo de submissão e conformidade.

Em alguns casos, a mortificação do eu pode levar a consequências psicológicas graves, como transtornos de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade e até mesmo pensamentos suicidas. A supressão da identidade e a perda de esperança podem levar o indivíduo a questionar sua própria existência e perder o senso de propósito e significado. Portanto, a mortificação do eu em uma instituição total é um processo devastador que resulta na supressão da identidade, autonomia e liberdade do sujeito. É um fenômeno que exige uma reflexão profunda sobre os limites do poder institucional e a importância de proteger os direitos e a dignidade de cada indivíduo.

Ainda segundo o autor: "(...) Embora alguns dos papéis possam ser reestabelecidos pelo internado, se e quando ele voltar para o mundo, é claro que outras perdas são irrecuperáveis e podem ser dolorosamente sentidas como tais" (GOFFMAN, 2001, p,183). Essa frase exprime bem a preocupação que se deve ter em relação à continuidade de tais instituições, para que a partir de uma maior reflexão sobre a problemática. É necessário que se pense fora da caixa para que, dessa forma, as pessoas parem de morrer sem ter tido sequer a sua vida tirada.













3 CEMITÉRIO DE VENCIDOS

O pensador alemão Walter Benjamin, em suas *Teses* sobre o conceito da história, aborda o caráter seletivo e tendencioso sob o qual a história foi contada. Segundo Benjamin, a história tradicional é frequentemente contada a partir da visão dos vencedores, que impõem sua interpretação e moldam a narrativa de acordo com seus próprios interesses. Isso resulta em uma visão distorcida dos eventos, na qual as vozes dos derrotados e oprimidos são silenciadas e suas experiências são apagadas.

Ao inverter essa perspectiva, ao dar voz aos vencidos, pode-se acessar histórias e memórias marginalizadas, relembrando lutas e resistências muitas vezes esquecidas ou suprimidas. Conhecer a perspectiva dos "vencidos" (BEJNAMIN, 1985) permite entender melhor as complexidades do passado e desafiar as narrativas unilaterais de poder. Ao dar voz aos vencidos, abrimos espaço para as vozes subalternas e para uma compreensão mais profunda das experiências humanas ao longo da história.

A partir disso, uma conformidade entre o pensamento benjaminiano e as práticas que ocorrem nas instituições totais pode ser percebida, uma vez que o grupo de supervisão representa a figura dos vencedores e o grupo de internados representa a figura dos vencidos. Ao colocar uma pequena parcela no poder e subordinar a essa parcela um grande grupo que não detém nenhum tipo de controle sobre sua própria vida, é nítido que há uma repetição nas atitudes que Benjamin tanto critica. Os internados são impedidos de ter as rédeas de suas vidas, pois tais rédeas foram tomadas por aqueles que se entendem capazes de guiar a vida de alguém, quando na verdade estão as guiando em direção a morte.

Consoante a isso, Benjamin, assim como Goffman, também aborda a mortificação do eu como uma grave problemática. A mortificação do eu é um conceito pertinente quando se discute a dinâmica de poder e a supressão da individualidade em uma sociedade controladora. De acordo com as ideias de Walter Benjamin, os vencedores de hoje são os herdeiros dos vencedores do passado. O indivíduo,













subjugado nessas circunstâncias, é reduzido a uma mera peça do mecanismo social e seu corpo descartado. Esse cenário pode ser nitidamente percebido dentro das instituições totais, visto que nesses locais o padrão imposto aos internados e a sua forçada despersonalização os tornam alienados ao que acontece do lado de fora das grades que os prendem

Nesse contexto, a morte do eu ocorre quando o sujeito é subjugado por estruturas opressivas, aqui representadas pelas instituições totais que funcionam como um sistema de dominação social. A imposição de normas rígidas, rotinas restritivas e controle absoluto sobre a vida do indivíduo, acabam minando sua liberdade e autonomia. O indivíduo é levado a adotar uma postura passiva, tornandose um "objeto" submisso aos ditames da sociedade. Benjamin argumenta que a mortificação do eu resulta na perda da autenticidade e na diluição da individualidade. O indivíduo é submetido a uma padronização implacável, forçado a se conformar com as demandas e expectativas da sociedade dominante. Essa mortificação do eu impede o desenvolvimento pleno da subjetividade e inibe a expressão criativa e a resistência.

A vida dos internados de uma instituição total, pois enquanto estiverem presos e sob o controle dos supervisores, não enxergarão que são apenas um objeto de exploração, uma espécie de cobaias para a manutenção de um sistema hegemônico e controlado pelos ditos vencedores, que são nada mais, nada menos que exploradores e sanguessugas daqueles que foram vencidos durante toda a história, sobretudo pessoas negras e pobres, o maior contingente populacional do cárcere brasileiro.

Sob esse viés, é necessário se falar sobre projetos de "ressocialização". Os projetos de ressocialização desempenham um papel fundamental na reintegração de indivíduos que tenham passado por situações de privação de liberdade ou enfrentado desafios sociais significativos. Essas iniciativas visam proporcionar meios para que essas pessoas reconstruam suas vidas de maneira positiva, desenvolvendo habilidades, adquirindo conhecimentos e fortalecendo sua autoestima.

Por meio de programas educacionais, treinamentos profissionais, apoio













psicossocial e oportunidades de emprego, os projetos de ressocialização buscam promover a reinserção social e a redução da reincidência criminal. Além disso, eles também buscam quebrar o estigma associado ao histórico criminal, promovendo a aceitação e a inclusão desses indivíduos na sociedade.

Diante desse cenário, nota-se a extrema necessidade de se buscar alternativas e novas abordagens para a ressocialização dos ditos internados que vivem nas instituições totais. Contudo, além de ressocializar no sentido literal da palavra, que significa colocar de volta na sociedade, é necessário se pensar como esses indivíduos serão reintegrados no meio social.

O ato de ser ressocializado é um processo que acontece de dentro para fora, é imprescindível que a pessoa se sinta novamente um ser social antes de se tornar novamente parte da sociedade. Nesse sentido, observa- se a necessidade da existência de projetos que visem, antes de qualquer coisa, ressuscitar o eu que foi mortificado e recuperar a individualidade que foi perdida, porque de nada adianta colocar um morto para habitar socialmente, a não ser que se queira transformar o mundo em um grande cemitério de vencidos.

4 ESCREVER É GRITAR EM SILÊNCIO

De acordo com Goffman, as prisões são instituições totais que possuem o objetivo de proteger a sociedade daqueles que a expõem a perigos intencionais (GOFFMAN, 2001), mas como já foi citado anteriormente, o objetivo das instituições totais é mortificar o eu dos internados e efetivar ainda mais o controle de vencedores em detrimento dos vencidos. Portanto, para tentar amenizar esse assassinato em massa das individualidades daqueles que estão em situação restritiva de liberdade, se torna necessária a criação de projetos ressocializatórios, principalmente no ambiente carcerário.

Visando justamente esse reencontro com o eu mortificado e o retorno à identificação enquanto ser social por parte de pessoas em situação de cárcere, houve a criação do Projeto "Escrita que Liberta", um projeto que nasceu da parceria entre a













SEAP (Secretária de Administração Penitenciária), a DPE- MA (Defensoria Pública do Estado do Maranhão) e o Centro Universitário UNDB. O projeto tem como objetivo promover a ressocialização de mulheres em situação de cárcere através da leitura e da escrita, dando a elas a oportunidade de colocar no papel tudo aquilo que não tiveram a oportunidade de dizer, por ações ou interdições, às muitas pessoas com quem se depararam no processo de encarceramento.

O projeto acontece desde maio de 2022, todos os meses um grupo de extensionistas do Grupo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos e Literatura da UNDB vai até a UPFEM (Unidade Penitenciária Feminina) para a realização de oficinas com as detentas participantes do projeto. As oficinas têm o intuito de incentivar a escrita por parte das internas, que se deparam com a oportunidade de serem ouvidas e acolhidas pelos estudantes ao colocarem em uma folha de papel os sentimentos que tiveram que reprimir desde o momento em que foram presas e se viram diante de um constante processo de despersonalização.

O projeto se baseia em uma metodologia desenvolvida pelos alunos extensionistas, sob coordenação do professor orientador. Tal metodologia foi inspirada em conceitos como a "escrevivência" de Conceição Evaristo, que traz como foco principal do texto as experiências de vida do autor e, também, na aplicação de dinâmicas da "escrita criativa", que instigam a produção literária através de estímulos criados por atividades pautadas na criatividade e não apenas no uso da norma culta como única forma de se produzir literatura.

A escrita desempenha um papel fundamental na comunicação e expressão humana, permitindo a transmissão de ideias, conhecimentos e experiências ao longo do tempo. Como afirmou o renomado autor e linguista Noam Chomsky (CHOMSKY, 1986, p.23), "a escrita é uma das mais poderosas ferramentas que a humanidade possui, pois é capaz de registrar e preservar informações complexas de forma precisa e duradoura". Além disso, o filósofo Marshall McLuhan (MCLUHAN, 1962, p.74) destacou que "a escrita é uma extensão do nosso sistema nervoso, uma tecnologia que amplia nossas capacidades mentais e conecta pessoas de diferentes culturas e épocas".











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Através da escrita, pode-se transmitir um legado para as gerações futuras, expandir o conhecimento coletivo e fomentar o diálogo entre diferentes perspectivas. Portanto, valorizar e desenvolver habilidades de escrita é essencial para aprimorar a comunicação e promover avanços sociais e intelectuais, o que pode proporcionais novas perspectivas pós-cárcere.

Nesse sentido, o projeto "Escrita que Liberta", além de ajudar a remir a penas das mulheres encarceradas, também serve para fazê-las enxergar a escrita através de uma nova perspectiva, uma perspectiva de libertação não só do corpo, mas da mente. Muitas vezes o grito que não se dá pode ser colocado no papel, o que não se pode dizer em voz alta se torna um segredo entre o escritor e a folha de um caderno, o que antes era proibido se torna permitido quando se aprende a quebrar a resistência da palavra e dar a ela novos significados. O texto é apenas um pretexto utilizado pelo autor para contar a sua história e para fazer com que sua voz seja ouvida, ou melhor, seja lida.

Através da produção literária, as apenadas educandas expõem o que por vezes estão impedidas de falar, todas as reticências que precisaram colocar em suas vidas. A escrita tem o poder imenso de conectar o escritor com o seu eu, com a sua essência. Elas escrevem sobre o que sabem, sobre o que vivem, e ao fazerem esse exercício acabam tendo a oportunidade de se reencontrar consigo mesmas. Esse reencontro com o eu se apresenta como uma forma de resistência às tentativas constantes de mortificação e despersonalização as quais são submetidas, e não existe forma mais linda de resistir do que transformando a dor em arte, a morte em vida e, a partir de um texto, reescrever a história.

PROMOÇÃO















5 CONCLUSÃO

Em suma, este artigo explorou o conceito de instituições totais e sua relação com a mortificação do eu, conforme proposto por Erving Goffman. Demonstrou-se que as instituições totais são espaços caracterizados por um controle rígido e uma regulação intensa sobre a vida dos indivíduos, resultando na perda gradual da identidade e autonomia. Discutiu-se os principais mecanismos que contribuem para essa mortificação, evidenciando os efeitos das instituições sobre a subjetividade humana e as relações de poder envolvidas.

No efflatito, este estudo também aponta para affinportância de projetos de













ressocialização que buscam mitigar os efeitos negativos das instituições totais. Um exemplo notável é o Projeto "Escrita que Liberta", que utiliza a leitura e a escrita como ferramentas para ressocializar mulheres encarceradas. Essas práticas permitem que as mulheres expressem sua individualidade, construam narrativas alternativas e, potencialmente, recuperem parte de sua autonomia e identidade.

Essa análise enfatiza a necessidade de repensar o papel das instituições totais em nossa sociedade, questionando o equilíbrio entre o controle e a liberdade individual. Além disso, destaca a importância de investir em programas de ressocialização inovadores, que promovam a inclusão social e a reintegração dos indivíduos à comunidade.

Em última análise, compreender a dinâmica das instituições totais e buscar alternativas para a mortificação do eu é fundamental para construir uma sociedade mais justa e humana, onde a dignidade e os direitos individuais sejam preservados. A pesquisa nessa área deve continuar a fim de promover mudanças significativas nas estruturas institucionais e oferecer oportunidades reais de ressocialização para aqueles que experimentaram a mortificação do eu dentro das instituições totais.



REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica**, **arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1. 3ªed. p. 222-232.

CHOMSKY, Noam. **Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use**. New York: Praeger Publishers, 1986

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7º edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MCLUHAN, Marshall. **The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man**. Toronto: University of Toronto Press, 1962







APOIO







ESCRITA QUE LIBERTA: o poder da escrita para mulheres privadas de liberdade

Maria de Fátima Silva Salazar

RESUMO

Para aquelas que vivem em condições precárias e lidam diariamente com a falta de autonomia, a escrita é uma ferramenta poderosa para expressar sentimentos e pensamentos, e transformar a dor em arte. Através da escrita, as mulheres podem identificar e enfrentar traumas, refletir sobre suas vidas, e encontrar esperança e inspiração para um futuro melhor. Além disso, a escrita é uma forma de resistência contra o sistema prisional, que muitas vezes desumaniza e silencia as mulheres encarceradas. Por meio da escrita, elas podem contar suas histórias e exigir justiça e igualdade. Porém, a falta de recursos e oportunidades ainda dificulta o acesso das mulheres privadas de liberdade à escrita. É importante que programas de alfabetização e atividades de escrita sejam disponibilizados nas prisões para que as mulheres possam acessar essa forma de libertação e usar a escrita como uma ferramenta de transformação pessoal e social

Palavras-chave: Escrita. Encarceradas. Libertação

ABSTRACT

For those living in precarious conditions and dealing with a lack of autonomy on a daily basis, writing is a powerful tool to express feelings and thoughts and to transform pain into art. Through writing, women can identify and confront traumas, reflect on their lives, and find hope and inspiration for a better future. Additionally, writing is a form of resistance against the prison system, which often dehumanizes and silences incarcerated women. Through writing, they can tell their stories and demand justice and equality. However, the lack of resources and opportunities still hinders access to writing for women deprived of their freedom. It is important that literacy programs and writing activities be made available in prisons so that women can access this form of liberation and use writing as a tool for personal and social transformation.

Keywords: Writing.Incarcerated. Liberation















1 INTRODUÇÃO

A escrita faz parte do cotidiano do indivíduo, independente do gênero textual, ela está presente desde as mensagens banais até os textos mais rebuscados. A escrita é inerente ao estudo, pois pode ser levada a sala de aula para a vida, escrever pode ser uma forma de se conectar com o mundo exterior e de expressão pessoal, uma forma de terapia e uma forma de resistência contra a opressão.

O "Projeto Escrita que Liberta" acredita que a escrita favorece o sujeito na produção de textos que podem facilitar a interação com o interlocutor. Nesse sentido, dependendo da situação comunicativa, nota-se uma maior necessidade da escrita, pois produzir discursos técnicos ou não exige uma certa dedicação. Por essa razão, o indivíduo necessita da eficiência em seu texto, pois, se publicado, haverá inúmeros possíveis interlocutores que poderão acessá-lo para contribuir com o desenvolvimento de outros estudos e áreas afins.

O primeiro capítulo destinou-se à apresentação e explicação das metodologias adotadas pelos extensionistas na Unidade Prisional de Ressocialização Feminina (UPFEM) para uma melhor fixação das formas de escrita. As técnicas de pesquisa implementadas consistiram na observação participante das rodas de leitura e na realização de atividades feitas com base na escrita criativa e na escrevivência, também foi abordado o conceito dos métodos, bem como seu contexto histórico de disseminação.

O segundo e o terceiro capítulos reservaram-se ao tratar da marginaização das mulheres que são privadas de liberdade e a importância da escrita para um enfrentamento desses preconceitos, levando a ideia de como a escrita pode ser libertadora para as mulheres apenadas, e é através da publicação de suas obras. Publicar um livro ou um artigo pode ser uma maneira de se sentir valorizada e reconhecida, e pode ser uma forma de se reintegrar à sociedade após cumprir suas penas.

Portanto, através da escrita, essas mulheres têm a oportunidade de explorar sua própria identidade, refletir sobre suas escolhas e circunstâncias e, talvez, mudar o curso de suas vidas. Este artigo explora o poder da escrita para as mulheres













encarceradas e as várias maneiras pelas quais a escrita pode ajudá-las a se curar, crescer e encontrar novas perspectivas sobre o mundo.

2 A ESCREVIVÊNCIA E A ESCRITA CRIATIVA COMO METODOLOGIAS DO PROJETO "ESCRITA QUE LIBERTA"

O Grupo de pesquisa e extensão em Direitos Humanos e Literatura desenvolveu o projeto Escrita que Liberta, uma iniciativa fruto da parceria entre a DPE/MA, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) e o Centro Universitário UNDB, busca fomentar a escrita no ambiente prisional. É conduzido por alunos extensionistas da graduação em Direito da UNDB, sob a supervisão do NEP (Núcleo de Execução Penal). O trabalho envolve 15 internas da Unidade, que juntas com os acadêmicos definirão temas para serem trabalhados nas oficinas literárias e de escritas. Ao final do projeto, a expectativa é que um livro seja lançado com as histórias escritas pelas próprias apenadas.

Koch (1997) afirma que a escrita se encontra em sua maioria, estática e padronizada, o que não significa que não possua vertentes. Para que um texto seja produzido é necessária muita dedicação, é preciso que se conheça suas características, do "o que" e "como dizer" e, de acordo com o gênero a ser explorado e da intencionalidade do texto, se ater a estratégias de convencimento para defender uma ideia por meio de argumentos, convincentes. Sendo assim, para quebrar o bloqueio criativo das detentas os alunos utilizam de ferramentas alternativas, como as técnicas de escrita criativa e escrevivência para que seja mais bem entendido as variadas estruturas de um texto e adquirir um desbloqueio da criatividade.

A escrevivência é um conceito fundado por Conceição Evaristo, muito presente em suas obras e que marcam sua relação com si enquanto mulher, de acordo com Melo e Godoy (2017, p. 1289) "o que veremos é que resistir por meio da literatura é também reexistir, e para um povo cuja voz foi e é constantemente sufocada, a escrevivência se torna um recurso de emancipação".

Nesse sentido, a escrevivência presta a uma subversão da produção de













conhecimento, pois, além de ofertar uma abertura de caráter artístico dentro da escrita científica, também dá voz a mulheres subalternas e uma posição na narração da sua própria história.

O conceito se encontra em muitas obras, como em Maria Firmina dos Reis, Júlia Lopes de Almeida, Carolina Maria de Jesus, a própria Conceição Evaristo. Gislene Silva (2015), a partir da sua experiência com ateliês de escrita, se entendeu sua na narrativa de vida compreendendo e ensinando que o sujeito é capaz de se formar a partir da apropriação do seu percurso, ou seja, da sua história de vida, já que o que se foi vivido, quando narrado, se concretiza em forma de experiência, pois pode ajudar a saber fazer, a se tornar.

Segundo Herbertz e Vitória (2013), há diversos casos de pessoas que desempenham mais facilmente a habilmente da oralidade, mas apresentam dificuldade na escrita, principalmente no que se refere à estruturação do texto e aos aspectos de textualidade (coesão e coerência). Isso pode ocorrer especialmente devido a pouca prática de escrita e a falta de leitura, quando não há esse exercício constante, a escrita passa a ser um desprazer e o sujeito apresenta dificuldades de fazê-la com qualidade.

Também Iris Oliveira (2017, p.652), a partir de análises no âmbito da formação de professores, destaca que a escrevivência é importante, pois possibilita a exposição de brechas e vazios ao apostar nas diversas formas de reinventar, então a autora diz que "na compreensão da cultura como rede de significações instáveis e cambiantes (...), fundada na narrativa de si". Sendo então a escrevivência uma ferramenta muito utilizada para evitar o bloqueio criativo, há também a escrita criativa.

De acordo com Carnaz (2013) a escrita criativa é uma das melhores formas de estimular os pensamentos, e a imaginação. A imaginação deve ser despertada para que surjam novas ideias e, a partir delas, originar-se uma história. Nota-se então que a escrita criativa não atenta somente a libertação do ser, mas também a riqueza de vocabulários e maior facilidade com a norma gramatical.

Em consonância com Gomes (2008, p. 24-37) "a escrita, em princípio, é sempre fruto de uma criação". Sendo assim, é importante considerar que a escrita













criativa é uma das estratégias mais importantes para estimular a criatividade em quem escreve, e o indivíduo que se atem a figura de ensinador deve se empenhar em organizar atividades para desenvolver as várias competências relacionadas com o ato de escrever. Para a criatividade ser estimulada com sucesso, o ensinador terá que criar um ambiente favorável e utilizar-se de ferramentas que proporcionem a libertação do lado criativo, por exemplo, colocar uma música e realizar análise da letra, de modo que, quem está aprendendo sintam perante um clima tranquilo e relaxante (Carvalho, 2015). Nesse sentido o Projeto Escrita que liberta usa como metodologia a escrevivência e a escrita criativa para uma melhor adesão do processo de escrita das internas da UPFEM.

3 A MARGINALIZAÇÃO DAS MULHERES ENCARCERADAS

A mulher é submetida com um papel coadjuvante e isso acarreta uma dupla penalização, uma por ir em desacordo com a lei e outra por frustrar as expectativas do rótulo socialmente imposto sobre o "dever ser" de uma mulher. Tal advento é fruto de um sistema totalizante e androcêntrico, caracterizando assim, a forma como o sistema prisional se volta ao gênero feminino (FREITAS e PIRES, 2018).

Virginia Woolf é uma autora que sempre aparece quando o assunto é literatura e gênero. Em um texto disse: (...) "o mundo não dizia a ela como dizia a eles: escreva se quiser, não faz diferença para mim'. O mundo dizia, gargalhando: 'Escrever? O que há de bom na sua escrita?" (WOOLF, 1929, p.78). A convicção masculina afirmava que não era certo esperar nada das mulheres principalmente sob a perspectiva intelectual, e caso a figura feminina se propusesse a mostrar-se como uma figura que pensa e é detentora dos mesmos direitos, ela estaria "arriscando-se a ser considerada um monstro" (WOOLF, 1929, p. 85). O patriarcado marca a história da marginalização da mulher, por ser detentora do gênero feminino, e o seu exilio da literatura que a insere em um papel coadjuvante na sociedade que se entrelaçam justamente nas distribuições desiguais de poderes naturalizados.

O atual cenário do encarceramento em massa de mulheres pode ser entendido













HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Classe na Luta de Hegemonias ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA

através da perspectiva das profundas mudanças que o capitalismo ocasionou na sociedade e sua essência dominantemente neoliberal que está reafirmando o cuidado perverso de mulheres no sistema penal (GERMANO; MONTEIRO; LIBERATO, 2018). Traçando paralelo entre um dos princípios que é abordado nas teorias de Durkheim são as instituições sociais (como a religião, a família e a educação), o pensador diz que são fundamentais para manter a ordem social e para fornecer aos indivíduos uma sensação de valor e pertencimento. Quando essas instituições entram em colapso ou são enfraquecidas, ocorre uma anomia social, caracterizada pela sensação de desorientação e falta de significado.

Na teoria durkheimiana, primeiramente as dimensões simbólicas e organizacionais da punição, que apesar de muitas vezes violenta, não podem ser reduzidas a simples coerção física direta, pois encerra conteúdos culturais e expressivos (DURKHEIM, 1973). Sendo assim, as mulheres encarceradas, em muitos casos, são retiradas dessas instituições sociais e submetidas as instituições meramente punitivas, muitas delas vêm de famílias disfuncionais ou abusivas ou perderam contato com suas comunidades e como resultado, elas podem sentir um senso de anomia social e falta de propósito. A escrita pode ser uma maneira para que essas mulheres possam se encontrar no significado das suas vidas. Escrevendo suas histórias, elas podem dar sentido às suas experiências traumáticas e encontrar um senso de conexão com si, incluindo aqueles que podem ler seus escritos.

Além disso, a escrita pode ser uma forma de resistência contra a opressão. Como Durkheim enfatizou, as pessoas são frequentemente oprimidas por forças externas, como as instituições sociais ou a estrutura do sistema de justiça criminal, o caráter crescentemente formalizado e estatizado da coerção punitiva, propõem lacunas que derivam da menor atenção dada à organização interna das instituições carcerárias (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 1999).

No caso das mulheres encarceradas, também pode-se perceber uma discriminação de gênero, uma vez que elas são encarceradas em menor número do que os homens, mas cometeram crimes semelhantes ou menos graves. Além disso, elas muitas vezes sofrem violência sexual e outras formas de abuso durante o













encarceramento. Assim, a escrita das mulheres encarceradas lhes dá uma voz e uma maneira de desafiar essas forças opressivas. Assim, evidencia-se a importância das instituições sociais para o bem-estar dos indivíduos e da sociedade, bem como a necessidade de resistência contra a opressão.

4 A ESCRITA E A LITERATURA COMO FORMAS DE VISIBILIDADE

A escrita é uma ferramenta poderosa que pode impactar positivamente a vida de qualquer pessoa, inclusive de mulheres presidiárias uma vez que são obrigadas a viver em condições precárias e com poucas oportunidades de educação e crescimento pessoal. Contudo, o simples ato de escrever pode transformar suas vidas e suas perspectivas.

No livro, *Crônicas para jovens: de escrita e vida* (2010), Clarisse Lispector diz que escrever é explorar o sentimento mais sufocante, mesmo que seja irreproduzíve e que também é abençoar uma vida que até então não foi abençoada. Nesse sentindo, a escrita surge na vida das mulheres encarceradas como forma de libertação, um amigo que sela a marca da cura em uma alma ferida. As obras de Clarisse Lispector abordam uma temática muito vivenciada pelas mulheres privadas de liberdade, a invisibilidade.

As mulheres encarceradas são marginalizadas, em diferentes aspectos. Clarice, por ser uma mulher em uma sociedade patriarcal e machista, e as mulheres encarceradas, por estarem em uma situação de privação de liberdade e terem suas vozes silenciadas carregam em si a escrita como forma de expressão e resistência. Para ambas a literatura era a forma de ultrapassar os limites impostos pela vida cotidiana e alcançar uma dimensão mais profunda da realidade, a escrita é uma forma de lidar com o isolamento, a falta de perspectivas e as injustiças que sofrem dentro do sistema prisional, utilizam da expressão como forma de lidar com questões relacionadas à identidade e às relações interpessoais.

Clarice trabalha em seus livros a questão da solidão e da busca por uma conexão mais profunda com os outros e consigo mesma. As detentas, por sua vez, geralmente têm que lidar com a perda de suas identidades e as relações familiares que foram rompidas. A autora brasileira Carolina Maria de Jesus escreveu diversos











livros enquanto vivia em situação de pobreza extrema e em favelas de São Paulo. Sua obra *Quarto de Despejo* (2004) é um relato autobiográfico sobre sua vida nas favelas, escrito em um diário que encontrou no lixo. Para Carolina, a escrita foi uma forma de registrar seu cotidiano e dar voz às suas experiências, tornando-se uma das principais vozes do movimento literário negro no Brasil.

Portando, a escrita pode ser um instrumento de libertação para mulheres encarceradas, permitindo que elas sejam protagonistas de suas próprias histórias e expressem suas opiniões, ideias e sentimentos. É uma forma de dar voz e visibilidade a uma população invisibilizada e marginalizada.









5 CONCLUSÃO

Conclui-se que por meio da escrita, essas mulheres apenadas podem expressar suas emoções, sentimentos e pensamentos mais profundos. Além disso, podem encontrar na escrita uma forma de reflexão e desenvolvimento pessoal, criando um caminho de superação e ressignificação de suas vidas.

A escrita terapêutica é um processo que pode ajudar as mulheres a compreenderem melhor a si mesmas e ao mundo ao seu redor. Além disso, a escrita pode ser uma fonte de motivação e esperança. Quando se veem capazes de expressar seus sentimentos em palavras escritas, as mulheres podem recuperar sua autoestima e desenvolver sua capacidade de comunicação.

Por fim, é importante destacar que o acesso à leitura e à escrita deve ser um direito de todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica ou situação de encarceramento. Investir em programas de leitura e escrita para mulheres privadas de liberdade é uma forma de contribuir para sua ressocialização e reduzir o índice de reincidência no crime, e é fundamental que se valorize o papel da escrita como um instrumento de transformação pessoal e social, capaz de mudar vidas e libertar pessoas, inclusive as que estão privadas de liberdade.













REFERÊNCIAS

Carvalho, S.L.I. (2015). A escrita criativa como instrumento de desenvolvimento de competências de escrita. Dissertação de mestrado, Escola Superior de educação, Setúbal, Portugal. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10490/1/Relat%C3%B3rio%20S%C3%B3nia_Ca rvalho.pdf Acesso em 21 de jun. 2023.

Carnaz, E. (2013). **Da Criatividade à Escrita Criativa.** Dissertação de mestrado. Escola Superior de Educação, Coimbra, Portugal.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** In COMTE, A.; DURKHEIM, É. Textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FREITAS, Felipe; PIRES, Thula. **Vozes do cárcere**: ecos da resistência política. Thula Pires, Felipe Freitas (orgs.). Rio de Janeiro: Kitabu, 2018, p. 194.

GERMANO, Idilva Maria Pires; MONTEIRO, Rebeca Áurea Ferreira Gomes; LIBERATO, Mariana Tavares Cavalcanti. **Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38, p. 27-43, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703000212310. Acesso em 20 jun. 2023.

Gomes, L. C., Leitão e N., Barros, E. (2008). **Dossier Escrita Criativa**. Noesis.72: 24-37)

HERBERTZ, D. H.; VITÓRIA, M. I. C. **Leitura e escrita no ensino superior**: dois processos que se complementam. 2013. Disponível em https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8733/2/Leitura_e_escrita_no_en sino_superior_dois_processos_que_se_complementam.pdf. acesso em 22 jun. 2023

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 2004

KOCH, I.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual.** 17. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: https://dialogo.fflch.usp.br/sites/dialogo.fflch.usp.br/files/upload/paginas/KOCH%2C%20I.%20A%20COERENCIA%20TEXTUAL%20-%20co%CC%81pia_0.pdf Acesso em 20 de Jun. de 2023

LISPECTOR, Clarice. **Crônicas para Jovens:** de escrita e vida. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2010.











MELO, Henrique F. e Godoy, Maria C. **(Re)tecendo os espaços de ser: sobre a escrevivência de Conceição Evaristo como recurso emancipatório do povo afrobrasileiro.** Atas do V SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. p. 1285-1304, 2017. Acessado em 22 de jun. De 2023, disponível em http://sibaese.unisalento.it/index.php/dvaf/article/view/17900.

Oliveira, Iris V. (2017) Escrevivências e limites da identidade na produção de intelectuais negras. Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 3, set./dez, p. 633-658. Acessado em 22 de jun. 2023, de http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/oliveira.pdf.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

Silva, Gislene Alves da. (2015) **Ateliês autobiográficos**: escritoras de Alagoinhas e suas escrevivências. Grau Zero Revista de Crítica Cultural, v.3, n. 1, p. 99-116. Acessado em 22 de jun. De 2023, de https://revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/3280/2148.

WOOLF, Virginia. O Status Intelectual da Mulher/ Um Toque Feminino na Ficção/ Profissões para Mulheres. Trad. de Patrícia de Freitas Camargo, José Arlindo F. de Castro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.